

Função Crucial da Imprensa no Incremento e Consolidação da Cidadania

Mário Pinto

Professor Auxiliar, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UFP
mpinto@ufp.edu.pt

RESUMO

O exercício pleno da cidadania pressupõe e exige estarmos bem informados, em particular do que nos rodeia, requisito imprescindível para, na posse dos dados fundamentais, podermos agir em consciência. Precipuamente no âmbito da política, actividade cujas decisões tanto influenciam, e nem sempre pela positiva, a vida do cidadão hodierno, que delas depende inexoravelmente. Mas informados de forma pormenorizada, objectiva e isenta. Tarefa que incumbe aos media, globalmente considerados, e à imprensa *stricto sensu*, enquanto genuíno quarto poder.

PALAVRAS-CHAVE: política, imprensa, cidadania.

ABSTRACT

The full exercise of citizenship implies and requires being well informed, particularly on what surrounds us, an essential requirement for, in possession of key data, acting conscientiously. Political activity is overriding, its decisions influencing, not always positively, the lives of today's citizen, who depend on it relentlessly. Yet, informed in a detailed, objective and unbiased manner, a task for the media, broadly considered, and for the press, as genuine fourth estate.

KEYWORDS: politics, press, citizenship.

1. Introdução

Consabido o papel central dos media na formação e formatação da opinião pública e a crucialidade da informação para a consecução de uma opinião solidamente fundamentada, *conditio sine qua non* para o exercício consciente da cidadania, justifica-se, de entre a miríade de ângulos de abordagem possíveis, proceder à dissecação de tão candente quão poliédrica questão pelo prisma da responsabilidade social da política e do tratamento que lhe é dispensado na imprensa. Até porque, falhando este suporte, a veiculação da mensagem ficaria liminarmente inviabilizada, *et pour cause*, gorado o desiderato almejado, a concreção do(s) objectivo(s) visado(s).

Se existe marca que de forma indelével caracteriza a sociedade coeva (e lhe é atávica) é, irrefragavelmente, a exigência de informação, o que consubstancia um repto eminentemente social e cultural (ainda que não menos político). Trata-se, com efeito, de uma sociedade em que a informação constitui uma componente fundamental do desenvolvimento, produz efeitos multiplicadores assaz pregnantes não apenas no combate às iniquidades (destarte conduzindo à almejada equidade) mas também na forma como os cidadãos passam a exercer os seus direitos, requisito imprescindível para a melhoria da sua qualidade de vida e bem-estar.

O que tem tudo a ver (está-lhe mesmo endogena-

mente ligado) com o conceito de cidadania tal como é explicitado nos dicionários: "vínculo jurídico e político que, traduzindo a pertinência de um indivíduo a um estado, o constitui, perante esse estado, um conjunto de direitos e obrigações." E entre os direitos que ao indivíduo assistem, destaque para o de ser/estar informado. Função nuclear que incumbe à imprensa assumir na intransigente defesa dos direitos do cidadão. E, no essencial, porque a construção da cidadania passa (não só mas também) pela defesa da responsabilidade social.

Ora é justamente aqui, na função que à imprensa compete, que entronca (dada a quase imbricação de ambas) o seu contributo para a cidadania, o qual nos propomos dissecionar, procurando demonstrar até que ponto ele é fulcral para o incremento e consolidação daquela, de que modo o consegue, quais os principais obstáculos à consecução e concreção desse desiderato.

Justificada a escolha do ângulo de abordagem e enunciadas as determinantes que a ela presidiram, explicitado o objectivo da presente reflexão, passemos à explanação dos parâmetros em que assenta, começando pelo enquadramento do conceito de cidadania.

2. Considerações em torno do conceito de cidadania

Não constituindo móbil desta reflexão fazer o historial do conceito que lhe subjaz, cuja origem remonta à Grécia clássica – onde era usado para designar os direitos relativos ao cidadão (o indivíduo que, vivendo na cidade, ali participava nos negócios e decisões políticas) – impõe-se, ainda assim, aduzir o mínimo de dados reputados necessários para se entender do que falamos quando nos referimos à cidadania, tecer algumas considerações tendentes a explicitar em que consiste e aflorar as cambiantes que ao longo dos tempos foi assumindo. Evitando sempre entrar em pormenorizações de pendor técnico, peculiaridades que só à discussão entre especialistas podem interessar. Como, *verbi gratia*, a que se reporta à distinção entre cidadania activa e cidadania passiva ou a que diferencia o seu significado filosófico do uso quotidiano.

Importa sim, para o contexto em apreço, é reter alguns dados fundamentais, sublinhar que, desde os primórdios, o conceito esteve sempre fortemente ‘ligado’ à noção de direitos, em particular políticos, que permitem ao indivíduo intervir na direcção dos negócios públicos do Estado. Direitos cuja existência numa democracia pressupõe contrapartidas, os deveres (porquanto os direitos do indivíduo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da sociedade).

De realçar ainda, que o termo – idiossincrasicamente ligado à ideia de participação, e de cujo ADN fazem parte o actuar, o agir para construir o seu próprio destino – foi, ao longo dos tempos, objecto de mudanças no grau e nas formas dessa participação e sua abrangência. Se, na Antiguidade Clássica, por cidadania se entendia a qualidade de o indivíduo pertencer a uma comunidade, com todas as implicações daí decorrentes, a verdade é que ao longo da história o conceito se foi modificando. Tanto que quase sofreu uma inflexão radical, ou seja, se na Atenas antiga a cidadania era vista prioritariamente em termos de deveres – os cidadãos eram, por lei, obrigados a assumir cargos públicos, à vez, inclusive com sacrifício da sua vida privada para poder fazê-lo –, no mundo moderno, ao invés, a cidadania é vista mais como uma questão de direitos: os cidadãos têm o direito de participar na política, mas é-lhes outrossim reconhecido o direito de porem os seus compromissos privados acima do envolvimento político. Aliás, o pressuposto de que a política é precipuamente um meio para proteger e promover a vida privada está subjacente à maior parte das perspectivas modernas da cidadania, atitude que reflecte o empobrecimento da vida pública hodierna em contraste com a cidadania activa da antiga Grécia.

Ademais, o conceito foi-se enriquecendo, passando a englobar todo um conjunto de valores sociais que determinam os deveres e direitos de um cidadão (o que está plasmado na máxima “Cidadania: direito de ter direito”). E se até ao século XIX ainda se encontrava bastante circunscrito à ideia de participação no poder do Estado através do sufrágio, ao longo desse

século os direitos políticos foram-se progressivamente ampliando, alcançando-se o voto secreto e universal passando a considerar-se imprescindível para a constituição da cidadania a igualdade de direitos e, concomitantemente, estipula-se também a liberdade como componente indispensável.

No que ao conceito hodierno de cidadania concerne, a tese prevalecente propende para a ideia de indivisibilidade dos direitos humanos, que devem ser tomados como complementares entre si, ou seja, sem a fruição de seu todo não se atingirá a plenitude do exercício da cidadania. Desta perspectiva, cidadão é aquele que possui e exerce todos os direitos que lhe são legalmente garantidos, aquele que, não se limitando a votar antes participa activamente na construção de seu futuro. O que, pressupondo adequado desenvolvimento intelectual e cultural, gerador de capacidade crítica e de discernimento, requer, para o perfeito exercício da cidadania, igualdade, não apenas jurídica ou de oportunidades, mas a todos os títulos.

Em suma: a cidadania é não apenas um estatuto, definido por um conjunto de direitos e responsabilidades, mas também uma identidade, uma expressão da nossa pertença a uma comunidade política. Ademais, identidade partilhada (comum a diversos grupos na sociedade, do que resulta ter também a cidadania uma função integradora).

3. Imprensa

Definida e contextualizada uma das componentes desta reflexão, a cidadania, debruçemo-nos agora sobre a outra, a imprensa, cujo contributo para a consolidação daquela é fulcral. Desde logo por o exercício consciente da cidadania pressupor, é mesmo condição *sine qua non*, estarmos cabalmente informados do que nos rodeia, requisito intrinsecamente ligado ao escrupuloso cumprimento, pela imprensa, da sua missão de informar. Exigência que, implicando o rigoroso, objectivo e isento relato dos factos, não pode elidir, se e quando necessário, a denúncia do que não corre bem na sociedade (o que é contrário à moral e à ética, o sórdido, os negócios menos transparentes, actos censuráveis na actuação de políticos e governantes). Vertente que constitui uma função nuclear da imprensa – quer de censura quer preventiva – a par da informação lato sensu considerada. E não escasseiam (são, aliás, por demais conhecidos) exemplos de situações em que uma notícia oportunamente veiculada obstou, ao funcionar como alarme, à concretização de medidas ou de actos lesivos do interesse colectivo, porque as pessoas, uma vez alertadas, se movimentaram no sentido de inviabilizar a prossecução e/ou concreção dos intuitos de governantes ou de grupos económicos. Desiderato para cuja concretização é imperioso o jornalista ter a coragem de assumir a informação como um direito do cidadão que, como tal, tem de ser isenta e independente, ou seja, não pode estar subalternizada a qualquer poder (político, económico ou outro). Anelo de difícil consecução, e por várias razões.

Antes de mais, e sem descer à casuística, pelas pressões que tal envolve. Desde logo sobre o jornalista – cuja precariedade laboral é cada vez mais acentuada pelo contexto de oligopólio em que a imprensa vive – e que tanto podem vir de fora quanto da própria empresa. E no que aos proprietários das jornalísticas concerne são diversos os factores influenciadores (mais ou menos inibidores, condicionantes ou mesmo impeditivos): mormente a dependência económica (seja devido ao seu endividamento à banca, seja em relação aos grandes grupos de cuja publicidade precisam para subsistir) factores que condicionam a isenção no relato de casos com essas entidades directa ou indirectamente relacionados (são consabidos os casos de corte de receitas publicitárias quando notícias veiculadas não agradam) e as repercussões daí resultantes na pressão sobre o jornalista. Mas sendo este um ângulo um tanto marginal ao cerne da temática em análise, subsecivo se comparado com outros de maior pertinência, detenhamo-nos sobre aquele cujo actuação é inelutavelmente marcante para a vida do cidadão, et pour cause preferencialmente tratado nos jornais em cujas páginas é hegemónico: a política. Cuja abordagem iniciamos com uma citação que, em perfeita simbiose, a junta a outro vector não menos importante: o jornalismo.

4. Política e jornalismo

O país em que vivemos hoje combina, cada vez mais, uma política latino-americana, com jornalismo de sarjeta e justiça de vão-de-escada.¹

Trazida à colação por se nos afigurar assaz pregnant e cabalmente contextualizadora da temática em apreço, a citação reproduzida, ao pôr em causa três dos mais fortes esteios do regime democrático (e, precipuamente, pela inusitada contundência com que o faz), além de consubstanciar inequívoca acusação levanta uma questão que pela sua crucialidade não pode ser elidida, tampouco obnubilada, na abordagem ora iniciada: a ser vero o cenário descrito, existiriam condições para o exercício da cidadania? Entendido o conceito na sua acepção mais usual, a dicionarizada (logo no início referida), a resposta terá de ser inapelavelmente negativa.

Importa, no entanto, antes de responder peremptoriamente, ter em consideração que, remetendo as palavras do analista para um contexto assaz peculiar, pela negativa – em que nenhum dos vectores enunciados prima pela qualidade exigível e em que, ipso facto, a equidade não pode existir – fica liminarmente inviabilizada a prática de uma cidadania consciente, de que aqueles são requisito imprescindível. Aliás, a carga pejorativa que imbui os qualificativos aduzidos – triagem que nada tendo de estocástico antes aponta para óbvia intencionalidade – tipifica um cenário em que a mera existência da própria cidadania tout court

seria inimaginável. Ao que acresce a circunstância de, pertencendo as afirmações (que convém matizar) ao âmbito do opinativo, só ao autor vincularem, o que ab initio legitima questionarmos a sua consentaneidade com a realidade descrita, ou seja, se a causticidade que dela ressumbra é sustentada pela veridicidade da situação que pretende retratar ao congregar em semelhante contexto três dos principais pilares do exercício da cidadania (ademais enquadrados por tão apocalíptica panorâmica). E isto leva-nos para outro vértice de abordagem: a responsabilidade social de cada um destes vectores, verdadeiro cerne da questão.

Aproveitemos, pois, malgré todas as condicionantes que imbuem o exemplo aduzido, o caso paradigmático que consubstancia e o pertinente mote que nos sugere e prossigamos a reflexão.

Abstraída a vertente justiça, que nos encaminharia inexoravelmente para um domínio menos consentâneo com a índole de um trabalho académico, detenhamo-nos então sobre os outros dois pilares (política e jornalismo) dada a sua profunda interligação (quer entre si quer com a cidadania).

No que à política respeita, é do senso comum e inferência inquestionável da leitura de qualquer periódico (que, aliás, não poupam no vernáculo) não ser o seu contexto presente (nem passado próximo) recomendável, como afirma João Paulo Guerra²:

Mas as palavras de Pedro Ferraz da Costa [“Portugal não tem dimensão para se roubar tanto”] pegam-se como ‘post-its’ à realidade actual deste país, mergulhado na delinquência financeira, no regabofe e no fartote. Até porque, sendo tais desabafos proferidos lá do alto das catedras da comunicação mediática, elas casam-se na perfeição com grandes e pequenas histórias de ladroagem, compadrio, clientelismo e corrupção que se contam, para quem as quer ouvir, pelos cantos e recantos deste maravilhoso país.

Statu quo cuja culpa só aos agentes políticos é imputável, não só por não agirem de molde a poderem arvorar-se em arquétipos comportamentais como, e era o mínimo a esperar, por não pautarem a sua conduta pela lisura de métodos exigível. Agentes cuja actuação deixa, aliás, tanto a desejar quanto a das respectivas ‘agremiações’, e em variados âmbitos, como miríades de testemunhos – de que estes dois, aleatoriamente recolhidos, são exemplo – permitem confirmar: “Os partidos mais pequenos gozam de mais liberdade porque sabem que dificilmente vão ser governo e, portanto, evitam a cobrança das promessas. Assim, oferecem este mundo e o outro.”³, e “É óbvio que um programa eleitoral feito em cima de um “vamos pagar as contas” não mobiliza ninguém. Mas o que estes anúncios e promessas estão a anunciar e a prometer ou não são verdade ou não são toda a verdade.”⁴

¹ Pedro Adão e Silva, *Diário Económico*, 18/11/2009, p. 4.

² *Diário Económico*, 1/9/2009, p. 5.

³ Bruno Proença, *Diário Económico*, 1/9/2009, p. 48.

⁴ Pedro Santos Guerreiro, *Jornal de Negócios*, 1/9/2009, p. 3.

Realidade que também não passa despercebida a Baptista-Bastos⁵ e lhe merece o seguinte comentário, acerbo q.b.:

Há muito se perdeu a noção de que as palavras têm honra. Políticos servem-se delas para mentir, ocultar, dissimular a verdade dos factos e as evidências da realidade. [...] A confusão instalou-se, com a cumplicidade leviana de uma crítica pedãnea e de um noticiário predisposto a perdoar a mediocridade e a fraude. [...]

O discurso político conduz-nos ao nojo da frase. Pessoalmente, tento limpar o reiterado registo da aldrabice e da ignorância com a releitura dos nossos clássicos.

Fácil de inferir, em contexto tão pantanoso, é ser obrigação da comunicação social em geral e da imprensa em particular denunciar comportamentos menos curiais, única forma de termos acesso ao que de facto se passa, requisito imprescindível para podermos formar (e sustentar) a nossa opinião e, convenientemente esclarecidos, agir em conformidade. É o que fazem textos do teor deste⁶:

Mas agora sabemos mais: esta semana, o Governo pagou o empréstimo de 450 milhões de euros que seis bancos portugueses concederam, em 2008, ao Banco Privado Português, com aval do Estado, para salvar uma instituição que teve uma gestão ruinosa e que enganou os seus clientes. Parte dos sacrifícios dos contribuintes, consumidores, desempregados, pobres e famílias serve para pagar os erros de gestores incompetentes. Para só lhes chamar isto.

Não, não é verdade que todos façam sacrifícios. [...] Sim, estamos todos no mesmo barco. Só que uns remam e outros fazem a viagem de borla. E ainda ficam com os coletes salva-vidas para si.

Na verdade, se o perfeito exercício da cidadania pressupõe e reclama uma correcta informação, estarmos minimamente esclarecidos acerca de tudo o que nos rodeia, tal passa também pela acção dos analistas e comentadores que nessa missão podem desempenhar um papel de inconcussa proficuidade.

É por demais óbvio ser extremamente gratificante, podermos, ao ler os jornais, ‘degustar’ os sublimes manjares que são certos artigos de opinião de excelentes profissionais que nos ajudam a descortinar tudo o que está oculto na actuação dos políticos – das suas imperscrutáveis atitudes aos seus mais insondáveis desígnios – desiderato que estes jornalistas concretizam com uma frontalidade e uma elevação que os tornam credores da admiração que por eles nutrimos. Como este exemplo⁷, entre uma infinidade de outros de idêntico teor, demonstra à saciedade:

A fragilidade do tempo em que vivemos assenta, essencial e fundamentalmente, na dubiedade dessa “democracia” globalizada. Repare o Dilecto que nada disto é discutido, polemizado, confrontado. E, no entanto, é deste almofariz que saem os grandes e dilemática problemas da nossa época. Os quais, no caso português, não encontram resposta, adequada ou desadequada, por parte da imprópriamente chamada “classe política”. Estamos, em Portugal, coagidos a aceitar uma variante que, rigorosamente, o não é. PS e PSD são os “partidos de poder”. Todavia, em consciência, podemos aceitar a idoneidade ética, ideológica, política intelectual, de uma casta que alterna entre si as benesses que as funções e o mando lhe proporcionam?

E com que ‘devoção’ lemos muita da análise política feita por estes excepcionais comunicólogos, incumbidos de dissipar a opacidade do discurso político, de nos orientarem nos labirínticos logogrifos em que a política é ubertosa, tão pródiga que ao afirmar algo está já a antecipar e, como tal, a procurar justificar também o seu contrário faltando à verdade no mais absoluto despudor:

O panorama político português é esta desgraça emoliente. Uma casta de segunda ordem assenhoreou-se do poder, à custa de promessas enganosas, de mentiras toscamente urdidas, de manifestas trapalhadas, de trocas de favores. O PS e o PSD correspondem-se nessas pequenas, porém torpes manigâncias. Deixou, há muito, de haver “espírito de missão”, de batalhas ideológicas, de polémicas determinadas pelas convicções. É tremendo que a governação esteja entregue a uma gentilha cujos desígnios se situam entre ganhar ou perder.⁸

Fruição maior ainda dada a urbanidade com que estes profissionais se exprimem: discordar, criticar, refutar, contrapor são prerrogativas do regime democrático em que vivemos mas, outrossim, actos de cidadania. Que, como este⁹, encontramos em vários periódicos:

O Grupo Parlamentar parece um jardim-escola sedado. [...] As gafes entretêm a opinião, mobilizam a imprensa, distraem a oposição e ocupam o Parlamento. [...] O estilo Sócrates consolida-se. Autoritário. Crispado. Despótico. Irritado. Enervado. Detesta ser contrariado. Não admite perguntas que não estavam previstas. [...] Só ele faz política, ajudado por uma máquina poderosa de recolha de informações, de manipulação da imprensa, de propaganda e de encenação. [...] Sem partido que o incomode, sem ministros politicamente competentes e sem oposição à altura, Sócrates trata de si. [...] Nomeia e saneia a seu bel-prazer.

Críticas que, em termos conteudísticos, são inequívoca demonstração de a actividade política atravessar, hodiernamente, uma fase menos boa (piedoso eufemismo para designar o pântano em que está mergulhada), ila-

⁵ *Diário de Notícias*, 4/2/2009.

⁶ Daniel Oliveira, *Expresso*, 19/6/2010, p. 33.

⁷ Baptista-Bastos, *Jornal de Negócios*, 20/4/2007, OPINIÃO.

⁸ Baptista-Bastos, *Jornal de Negócios*, 18/5/2007, OPINIÃO.

⁹ António Barreto, *Público*, 27/5/2007, p. 45.

ção óbvia e, ipso facto, tácita e ecumenicamente aceite. Que, no essencial, resulta da circunstância de esta ser, mais reiteradamente do que o expectável, desvirtuada, adulterada, quando não mesmo subvertida. Motivo: o recorrente incumprimento – seja por deficiente compreensão da sua idiossincrasia, dos ditames que deviam presidir à sua incrementação ou dos princípios éticos que lhe subjazem, seja por fins inconfessáveis – da sua finalidade primeira. Críticas ainda assim feitas com a elegância e a autoridade de quem encarna o verdadeiro quarto poder, conceito a propósito do qual se justifica abrir aqui um breve parêntesis tendente a desmitificar e clarificar certas ideias preconcebidas.

Questão pouco consensual – a de ser ou não o jornalismo o quarto poder – a verdade é que a generalidade dos especialistas propendem, pela afirmativa, para o seu apoio tácito, assim lhe conferindo legitimidade para ombrear com os poderes legislativo, executivo e judicial. Neste sentido se pronuncia – e para evitarmos a adução de uma fastidiosa listagem cingir-nos-emos a uns poucos exemplos – Mar de Fontcuberta (1993: 15) que após sublinhar poder a máxima “uma pessoa sem informação é uma pessoa sem opinião” parecer um lugar-comum lhe reconhece pertinência porquanto é: “por ese motivo los medios se convirtieron en protagonistas activos de un sistema social que pronto les equiparó en importancia a los poderes legislativo, ejecutivo y judicial.”

Também Adriano Duarte Rodrigues (1990: 41), depois de aludir à mutação sofrida pela imprensa – que “de veículo de opinião publicamente produzida nos espaços de debate e de convívio, torna-se, a pouco e pouco, produção de opinião” – situa aqui a emergência do quarto poder:

O escritor e o jornalista surgem assim em confronto com o político, na luta pelo direito à função de mediação. Enquanto o primeiro se assume como mediador da humanidade, o segundo apresenta-se como mediador da vontade política, como fundador da legitimidade delegada. É no interior deste confronto que se legitima o chamado ‘quarto poder’.

Outro tanto se passa com McQuail (1991: 192-193) que, após haver assinalado não subsistirem dúvidas de que as organizações dos meios de procuram desempenhar um papel na sociedade, matiza a questão frisando estar a natureza deste papel aberta a diferentes interpretações. O que resulta da opção entre um papel mais activo e participativo na sociedade ou um mais neutral, concepções que aproveita para se referir à “(...) tradicional noción de ‘Cuarto Estado’, que abarca la concepción de la prensa como representativa del público, crítica del gobierno, defensora de una determinada política y agente político.”

Opiniões que não refutamos, embora o que a nosso ver está em causa seja, antes de mais, o modo como os jornalistas se propõem desempenhar o seu múnus: se, de uma forma vertical e íntegra (implacáveis fiscalizadores da actividade governamental) ou, ao invés, como porta-vozes dos poderes instituídos, espécie sem

pietismo denunciada, menoscabada e exprobrada pelos probos profissionais que com eles têm de conviver:

Por outro lado, solertes comentadores estipendiados persuadem-nos de que [...]. Tudo isto configura uma impostura, escorada em textos fortemente convincentes, subscritos por vigorosos “intelectuais independentes” e de “sólida formação filosófica”.¹⁰

A generalidade da cobertura montada [...] constitui um circo mediático ao qual é abusivo e injusto aplicar a designação de jornalismo. Na cobertura deste tipo de casos não há apenas a considerar pseudojornalistas desonestos e sensacionalistas. (...) traficantes de emoções, de especulação e de morbidez.¹¹

Objurgatória justificada e que nada tem a ver com certas críticas – que mais não são do que uma mal disfarçada ânsia de afirmação como contrapoder (não raro, mera substituição da subserviência pela jactância) – feitas por jornalistas que se crêem investidos de um poder que, de facto, não têm. Quadro substancialmente agravado quando a semelhante statu quo acresce a nítida ausência de qualidade destes, assim se criando um caldo de cultura que aproxima inexoravelmente tão nobre actividade do perigoso limiar do grau zero do suportável. Afirmção de fácil comprovação através da leitura de qualquer periódico: por mais aleatória que esta seja não há necessidade de esquadriñar muito, tal a pletora de exemplos susceptíveis de a corroborarem.

E quando sobrevém algo similar, o que se antevia temática empolgante torna-se uma sensaboria entediante e disfórica. Culpa de que não se podem eximir os seus actores directos, políticos e jornalistas, cujo relacionamento nem sempre é o mais ortodoxo ou, tão-pouco, paradigma de lisura de processos. Desde logo pela promiscuidade (procurada por uns e aceite pelos outros) que entre ambos se entretece –explicitamente reconhecida por um colunista¹²: “Assessores que telefonam ameaçadores para as redacções. Um estatuto de jornalista, na forja, que cerceia a liberdade de imprensa. [...] Já não bastava termos o poder executivo a morder os calcanhares da Imprensa.”, e em pormenor explicada pelo director¹³ de um hebdomadário: “A pressão dos Governos sobre os jornalistas é uma constante [...]. A relação entre as duas partes sempre foi de altos e baixos e, por vezes, algo esquizofrénica. Nada mudou.” –, o que, conclui, apenas contribui para agravar um relacionamento que, assumidamente, de há muito nada tinha já de recomendável:

O que há, de verdadeiramente novo, é – na minha opinião – uma espécie de promiscuidade que há anos não existia e que tem vindo a tornar-se, cada vez mais clara. Os gabinetes têm cada vez mais ex-jornalistas [...] ex-colegas

¹⁰ Baptista-Bastos, *Jornal de Negócios*, 20/4/2007, OPINIÃO.

¹¹ João Paulo Guerra, *Diário Económico*, 22/5/2007, p. 52.

¹² Camilo Lourenço, *Jornal de Negócios*, 13/4/2007.

¹³ Henrique Monteiro, in *Expresso*, 14/4/2007.

e amigos de sempre que se colocam em campos distintos e, por vezes, muitas vezes, com interesses opostos. (...) De um lado os Governos [...] querendo ser simpáticos para a malta dos jornais, mas com momentos em que tudo dariam para que a imprensa não existisse ou não levantasse assuntos incómodos. Num momento ou noutro, sempre me pareceu que alguns governantes sentiriam um grande alívio se pudessem governar sem jornais. Do outro, a comunicação social, com os seus vícios e pecados próprios, passando de fases onde tudo é perdoado (os estados de graça), para aqueles em que nada é poupado.

Resultado óbvio da pretensa igualação de níveis sócio-profissionais, quase imbricação de funções, é a emissão de comentários pouco abonatórios – como este, recolhido num editorial¹⁴: “tudo isto contribui para o desprestígio dos cargos e dos titulares, que mais parecem pau para toda a obra do que cidadãos sinceramente preocupados em resolver problemas a favor dos seus eleitores” – apodixe do irreversível afastamento dos melhores, cedendo lugar a pletora de arrivistas, ávidos por um lugar na área do poder, alheios às repercussões da sua ‘entronização’: a degradação da imagem do poder.

Se recuarmos duas ou três décadas o desnível apresenta-se abissal. Na maioria dos casos, o poder foi assumido por ambiciosos impreparados que fazem do paleio vazio o seu lastro intelectual e profissional. Falam e não dizem nada. Para a falta de ideias receita-se o genérico da lábia. E o resultado é, de resto, zero. E a cumplicidade dos incompetentes e gananciosos, desde que não concorra sobre o objecto da ganância, tem a força do betão.¹⁵

Relacionamento outrossim afectado por se pautar por uma duplicidade ambígua –oscilante entre a ressumbrante animosidade no discurso descaroável de número não despiendo de jornalistas em relação a determinados políticos e a subserviência bajuladora – e pelo temor reverente, vulpino destes para com aqueles: “Chega a ser confrangedora a dependência dos políticos em relação ao que se escreve nos jornais. [...] Quando muda o poder há sempre uma legião de fiéis que repete o beija-mão.”¹⁶

Impetrância de certos políticos que só pode ter como corolário a perda de respeito (e daí, a animosidade) com que amplas franjas de jornalistas a eles se referem, e que a adução de um exemplo – aleatoriamente recolhido, mas de per si assaz elucidativo – permite comprovar: “O primeiro-ministro pode considerar-se um homem feliz. Tendo ou não uma licenciatura, tem um emprego. Milhares de portugueses, licenciados e qualificados, não podem dizer o mesmo: estão desempregados”¹⁷

Se há algo imediata e irretorquivelmente inferível dos exemplos aduzidos é a causticidade, em termos

conteudísticos, do discurso de certos jornalistas para com os políticos – como se as recorrentes gaffes e boutades destes constituíssem o melhor estímulo para, qual reflexo de Pavlov, os primeiros começarem a segregar a baba emotiva com que os flagelam.

Importa, a concluir, esclarecer que não questionamos a liberdade de que hodiernamente desfrutam os jornais – reputamos mesmo assaz gratificante a possibilidade de, ao lê-los, podermos fruir certos textos de opinião que, pondo a nu a actuação menos curial de determinados políticos, nos esclarecem e ajudam a ver tudo o que está oculto num mundo que devia ser cristalino, transparente. O que não é, de modo algum, compaginável com a pesporrência de outros que, sem noção dos limites da sua função (que amiúde exorbitam), acabam por agredir reiteradamente os leitores através da imposição dos seus pontos de vista.

5. Conclusão

Aqui chegados, cremos possível afirmar, como corolário do exposto (dos elementos carreados e concatenados) confirmar-se haver sido alcançado o objectivo estabelecido: demonstrar o carácter fulcral da imprensa para o incremento e concreção da cidadania. Com efeito, sem a prodigalidade e proficuidade da informação por ela veiculada, propiciadora de uma cabal compreensão do que nos rodeia, o exercício consciente da cidadania seria inexequível visto faltarem elementos imprescindíveis à descodificação dos sinais que só a posse dos dados mais relevantes permite.

Desiderato não alcançado por certos jornalistas que, ao serem permanentemente cáusticos, tendenciosos, exorbitarem a sua função, se tornam suspeitos, se descredibilizam, destarte inviabilizando a plena assunção, pela imprensa, da sua vocação de quarto poder – na vertente de vigilante, fiscalizadora dos outros três – que teria de exercer para, de forma profícua, constituir importante contributo para a cidadania.

Bibliografia

- Brajnovic, L. (1991). *El Ambito Científico de la Información*. 2ª ed., Pamplona, EUNSA.
- Fontcuberta, M. (1993). *La noticia. Pistas para percibir el mundo*. Barcelona, Ed. Paidós.
- Mcquail, D. (1990). *Introducción a la teoría de la comunicación de masas*. Barcelona, Ed. Paidós, 2ª ed.
- Rodrigues, A. D. (1984). *A Comunicação Social. Noção, História, Linguagem*. 2ª ed., Lisboa, Ed. Vega,

JORNAIS

Diário Económico
Diário de Notícias
Expresso
Jornal de Negócios
Público

¹⁴ *Expresso*, 19/5/2007, editorial, p. 52.

¹⁵ João Paulo Guerra, *Diário Económico*, 5/7/2010, p. 15.

¹⁶ Paulo Baldaia, *Diário de Notícias*, 13/8/2005, p. 11.

¹⁷ Fernando Sobral, *Jornal de Negócios*, 9/4/2007.